

# Mandato de cinco anos é aprovado por 304 votos

Brasília — Gilberto Alves

BRASÍLIA — O presidente José Sarney obteve vitória fundamental para o sucesso de seu projeto de permanecer cinco anos no Palácio do Planalto. Por 304 votos a favor, 223 contra e três abstenções, a Constituinte decidiu que os mandatos presidenciais são de cinco anos. Embora a votação específica sobre o tempo de permanência de Sarney no governo só vá ocorrer dentro de 30 ou 40 dias, nas disposições transitórias, o resultado tornou mais difícil a aprovação posterior dos quatro anos.

A vitória foi comemorada ruidosamente pelos líderes do governo, Carlos Sant'Anna, do PFL, José Lourenço, e do PDS, Amaral Neto. Abraçados, os três pularam juntos no plenário, como colegiais, enquanto as bancadas conservadoras gritavam "cinco, cinco", levantando as mãos abertas para o alto. Lourenço não se conteve, subiu na cadeira e, virando-se de costas para a mesa, presidida pelo deputado Ulysses Guimarães, comandou o coro.

Enquanto isso, no lado esquerdo do plenário, onde estavam sentados as bancadas do PMDB e dos partidos de esquerda, o clima era de velório. O senador José Fogaça (PMDB-RS), transtornado, levantou-se e, aos gritos, de dedo em riste,

acusou os deputados do PDT e do PT de serem os responsáveis pela derrota, por terem se aliado ao governo na votação do presidencialismo. Alguns constituintes do PMDB tentaram responder às comemorações governistas, gritando "seis, seis", referindo-se a supostas intenções continuistas de Sarney, mas logo se calaram, desalentados.

Falaram contra o mandato de cinco anos o líder do PDT, Brandão Monteiro, e o deputado José Genoíno (PT-SP). Brandão lembrou o compromisso da Aliança Democrática, de Tancredo Neves e do próprio Sarney com o mandato presidencial de quatro anos. Genoíno disse que a tradição da República é de um mandato com essa extensão, afirmando ainda que a conjuntura impunha essa solução. "É necessária a eleição direta em 88 para acabar com o governo Sarney".

O líder do governo, Carlos Sant'Anna, e o senador Jarbas Passarinho (PDS) usaram os mesmos argumentos. Disseram que não estava em discussão o mandato de Sarney, mas um dispositivo permanente, válido para os futuros presidentes. Mas a reação das diferentes correntes políticas diante do resultado mostrou que, apesar dos discursos de Sant'Anna e Passarinho, Sarney foi o grande vencedor.

Brasília — Wilson Pedrosa



No painel, o mandato presidencial de 5 anos ganha

## Sandra denuncia corrupção

Revoltada com o resultado da votação que deu vitória por larga margem aos presidencialistas, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) não escondia o descontentamento. "Vocês são uns irresponsáveis", disparava a cada grupo de presidencialista que passava por ela. Mais do que isto, denunciava da cadeira em que votara a compra de votos.

"Foi a corrupção mais deslavada que já ocorreu aqui", sentenciou a deputada. Instalado o novo sistema, com um Congresso forte, ela promete a abertura de comissões parlamentares de inquérito para apurar, especialmente, a virada de votos de última hora, dizendo ter ouvido rumores de que o deputado Fausto Rocha (PFL-SP) ganhara uma concessão de terra e o mineiro Hélio Costa (PMDB-MG), uma de rádio.

O coordenador da bancada do PMDB de Minas, Gil César, é típico representante do grupo da virada presidencialista e não foi à toa. De acordo com um parlamentar mineiro, seu voto rendeu-lhe, na pior das hipóteses, a indicação do diretor de administração da Usiminas. Acerto feito na segunda-feira com o governador Newton Cardoso garantiu que o apadrinhado de César, Silvio Bering, ocuparia o cargo.

A fonte lembra que em época de

reeleição — prefeitos e vereadores serão eleitos em 15 de novembro deste ano — nenhum argumento pode sensibilizar mais um deputado do que o fortalecimento de seu apoio nas bases, por meio da transferência de recursos para obras de saneamento, por exemplo. Sem falar na manutenção dos indicados nos cargos que ocupam — o deputado Roberto Vital (PMDB-MG), considerado indeciso até ontem, e que votou pelo presidencialismo, tem um irmão na diretoria da Proban, empresa de processamento bancário do governo de Minas.

Este é o apelo mais forte que os governadores poderiam usar e efetivamente usaram. O mineiro Newton Cardoso, hospedado na suíte 706 do Hotel Nacional, articulou verdadeira operação de emergência com uma dúzia de governadores que chegaram a Brasília na segunda-feira, boa parte deles convocada pelo presidente José Sarney. Isto explica o nervosismo da deputada Sandra Cavalcanti, que prometia dar o troco aos governadores na votação da reforma tributária, dizendo não à transferência de recursos para os estados. "Aí não vai dar", reagiu o deputado Jorge Hage (PMDB-BA). "Nosso governador Waldir Pires, da Bahia, não tem nada com isto e não pode pagar pelos outros", sentenciou.

## Placar surpreende a todos

A votação dos cinco anos de mandato também surpreendeu os defensores desta tese, não pela vitória, mas pelo escore: 304 votos a favor, 223 contra e três abstenções, num total de 550 constituintes. "Eu só esperava uma vantagem de 15 votos", comentava o deputado Roberto Cardoso Alves no plenário, logo que o painel eletrônico registrou o resultado.

Por alguns instantes, **Roberto** chegou a temer uma derrota. Constatara que os 29 ausentes eram todos de seu grupo e reclamava do líder a falta de um apelo dramático pedindo a todos que permanecessem em plenário. "O presidente José Sarney deve esta vitória ao PDS, especialmente ao líder Amaral Neto, ao deputado Delim Neto e ao presidente do partido, senador Jarbas Passarinho. Eles votaram praticamente em bloco os cinco anos", disse o deputado.

O mandato presidencial perdeu 40 votos para o presidencialismo, que obteve a vitória com o apoio de 344 constituintes. Ganhou, entre tanto, o apoio de 29 parlamentares, que ficaram com os cinco anos. Eufórico, o líder do PFL, José Lourenço, foi carregado pelos seus liderados aos gritos de "Cinco... cinco".

Mas o líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), garante que esta não foi uma vitória do presidencialismo.

— O grande vitorioso desta terça-feira foi o atraso, o presidente Sarney, a ditadura e setores das Forças Armadas. A direita foi hegemônica na articulação do atraso — garantia Freire sob os protestos do pedetista Carlos Alberto Caó (RJ). Para Freire, o importante agora é que as forças políticas responsáveis se reúnam "para fazer algo que preste. Este presidencialismo aprovado hoje não vale nada".

Atônito com o placar que deu a vitória maciça aos presidencialistas e cincoanistas, o líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, dizia ao senador Mário Maia (PDT-AC) que o grave problema é que o PDT e o PT emprestaram legitimidade e charme a um acordo espúrio articulado entre o planalto e o **Centrão**, com o apoio dos governadores. "Amanhã será um dia de reflexões", previa o líder. "Ainda estamos meio tontos." O senador Fernando Henrique Cardoso já admitia sua incompatibilidade com o PMDB presidencialista e cincoanista: "Eu não fico num partido com uma podridão como esta."



Após a vitória do presidencialismo, deputados e senadores que ajudaram a preservá-lo comemoram no plenário

## As explicações de quem mudou de voto

### Deputados cedem diante de pressões até de prefeitos

**P**ressões de prefeitos e deputados estaduais, exigência do eleitorado, tradição histórica. Estas foram, entre outras, as justificativas dos parlamentaristas para a mudança repentina de seus votos no plenário. Alguns constituintes explicaram por que votaram no presidencialismo.

**Rita Camata (PMDB-ES)** — "Eu não mudei de voto. Continuei presidencialista. Afinal, sempre defendi a adoção do sistema parlamentarista só após um plebiscito. Minha sugestão era de que se aprovasse agora o presidencialismo, e depois que os segmentos da sociedade se mobilizassem, fosse promovido um grande debate sobre os dois sistemas e se realizasse um plebiscito. Se aprovado o parlamentarismo, então eu apoiaria. Votei presidencialismo e voto agora 4 anos de mandato com direito à reeleição para o futuro presidente".

**Cassio Cunha Lima (PMDB-PB)** — "Quando cheguei à Constituinte manifestei-me favorável ao parlamentarismo. Mas, depois de várias consultas e debates em Campina Grande (PB), com diversos segmentos da sociedade, observei uma tendência majoritária pelo presidencialismo. Há sete meses já havia falado que ficaria com o presidencialismo. O senador José Richa me procurou, então e conversei muito comigo. Prometi a ele refletir sobre o assunto. Há 15 dias eu o procurei para dizer que votaria no presidencialismo e apoiaria 4 anos de mandato com direito à reeleição".

**Denisar Arneiro (PMDB-RJ)** — "Eu decidi mudar de voto depois de uma conversa com dois deputados estaduais do PMDB do Rio, Elmiro Coutinho e Nilo Campos, e com o prefeito de Barra Mansa, município

que sempre me elegeu, Lins Amaral. O prefeito fez um apelo. Ele me disse: "no momento estou terminando meu mandato e nós estamos com uma série de obras encaminhadas. Se você não votar com o governo poderemos perder os financiamentos que conseguimos". Ontem à noite (anteontem) eu avisei à deputada Sandra Cavalcanti que não votaria mais com os parlamentaristas. Usei a maior lealdade possível. Mas quero dizer que este é meu segundo e último mandato. Aqui não consigo realizar nada. É um mundo da fantasia. Volto para minhas suas empresas onde estou fazendo muito mais para o país, gerando empregos".

**Arnaldo Prieto (PFL-MG)** — "Vim para a Constituinte entusiasmado com o sistema parlamentarista. Apresentei emendas e na Comissão de Sistematização votei a favor do sistema de gabinete, mesmo tendo recebido apelos de amigos para apoiar o presidencialismo. Observando as votações ao longo da Constituinte fui ficando desencantado com o parlamentarismo. O voto é mais emocional e muitas vezes visa apenas à reeleição, e não ao interesse nacional. Concluí que não estamos ainda em condições de assumir o Executivo. Fiquei, então, com a maioria do meu partido e com o seu comando. Fiquei também com a candi-

datura Aureliano Chaves à presidência porque ele desistira da disputa se ganhasse o parlamentarismo. Votei livremente".

**Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE)** — "Lutei por um entendimento em favor do parlamentarismo, e como ele não prevaleceu mantive o voto em favor do presidencialismo. Na Comissão de Sistematização votei pelos quatro anos de mandato mas agora acho inútil fazer esta opção porque os cinco estão vitoriosos. Penso que este prazo vai prevalecer no corpo permanente da Constituição e mais adiante, mas disposições transitórias, votaremos o mandato do presidente José Sarney. Temos empresas que negociam com o Banco do Brasil, e outras instituições bancárias, em operações normais, mas isto não teve nada a ver com meu voto".

**Divaldo Suruagy (PMDB-AL)** — "Nunca fui parlamentarista. Assinei, amavelmente, emendas a título de apoio mas não me comprometi a votar a favor do sistema parlamentarista em momento algum. Na bancada de Alagoas só os senadores Guilherme Palmeira e Teotônio Vilella Filho eram parlamentaristas e votaram de acordo com suas convicções. No meu caso há um equívoco, porque sou presidencialista".



Cassio Cunha Lima



Rita Camata

## Primeiro-ministro auxiliar é suprimido

BRASÍLIA — O sistema presidencialista aprovado pela Constituinte não foi o mesmo proposto pela emenda do senador Humberto Lucena, que previa, por exemplo, a figura do primeiro-ministro como auxiliar do presidente da República. A proposta foi modificada através da fusão de mais quatro emendas, do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), do senador Edison Lobão (PFL-MA), do deputado Teodoro Mendes (PMDB-SP) e do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE).

A fusão atingiu também o capítulo do Poder Legislativo, que, na forma como fora aprovado, estava adaptado para o sistema parlamentarista. Na forma final dada ao sistema, o presidente continuará a acumular as chefias de Estado e de governo, mas haverá moção de censura a ministro, que poderá ser derrubado pelo voto de dois terços da Câmara dos Deputados. Foi eliminado o artigo das Disposições Transitórias que previa a implantação do parlamentarismo para março deste ano.

Os pontos essenciais do novo presidencialismo são:

• O Poder Executivo é exercido pelo presidente, auxiliado pelos ministros.

• A eleição para presidente (e vice-presidente) será realizada 120 dias antes do término do mandato do ocupante do cargo. Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta de votos, haverá um segundo escrutínio 30 dias depois, concorrendo apenas os dois mais votados no primeiro.

• A posse do presidente ocorrerá no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição. O mandato será de cinco anos, sem direito a reeleição.

• Decorridos dez dias da data fixada para a posse, se o presidente e o vice-presidente, salvo por força maior, não tiverem assumido, o cargo será declarado vago pelo Supremo Tribunal Federal. Vagando os cargos de presidente e vice, será realizada eleição em 90 dias. Se a vacância ocorrer nos últimos dois anos do período presidencial, o presidente será eleito pelo Congresso Nacional.

• Compete privativamente ao presidente nomear e exonerar os ministros de Estado; exercer, com auxílio dos ministros, a direção superior da administração federal; vetar parcial ou totalmente projeto de lei; exercer o comando supremo das Forças Armadas; promover os oficiais-generais das três armas e nomear os seus comandantes.

• A lei definirá os crimes de responsabilidade do presidente que atentem contra a existência da União, os demais poderes constitucionais, o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais, a segurança interna do país, a probidade da administração e a lei orçamentária. O presidente só poderá ser acusado por decisão de dois terços da Câmara. O foro para julgamento do presidente é o Supremo Tribunal Federal, no caso de crime comum, e o Senado Federal, no caso de crime de responsabilidade.

• Os ministros de Estado serão escolhidos pelo presidente e devem ter idade mínima de 21 anos. Os ministros devem atender as convocações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A Câmara ou Senado poderá votar resolução exprimindo discordância com as informações prestadas pelo ministro.

• Por iniciativa de, no mínimo, um terço dos seus membros, a Câmara dos Deputados poderá apreciar moção de censura a ministros, que só será aprovada pela maioria de dois terços dos membros. A moção de censura implica a exoneração do ministro.

• O Conselho da República é órgão superior de consulta do presidente e dele participam os presidentes da Câmara dos

## Derrota é jogada sobre PT e PDT

Os integrantes do PT e do PDT nunca foram tão agredidos como ontem, logo após a derrota da proposta de quatro anos de mandato para os próximos presidentes da República. O placar eletrônico mal tinha mostrado os resultados quando o senador José Fogaça (PMDB-RS), da mesa diretora dos trabalhos, começou a gritar: "PT, PDT, vocês são os responsáveis".

Embaixo, no plenário, a deputada Rose de Freitas (PMDB-ES) quase se atirou com Brandão Monteiro, líder do PDT. Brandão respondeu apenas que não tinha tempo para conversas fiadas, virando as costas para a deputada. Um pouco mais ao fundo, o deputado Paulo Delgado (PT-MG) chorava e era consolado pelo seu companheiro de partido, Paulo Paim (RS). Luiz Inácio Lula da Silva esticou-se sobre a cadeira, acabrunhado.

Ai, aproximou-se a deputada Beth Azize (PSB-AM) que, justificando estarem todos de cabeça quente, pediu desculpas a Lula: "Não fique triste. As coisas são assim mesmo. Amanhã, quando todos tiverem pensando bem, vão pedir desculpas a vocês". E Lula para Beth: "Eu sei. Se há uma coisa que aprendi foi a ter paciência". Depois, Lula disse a Beth, em tom desesperado: "Não se iluda não, néga. Toda vez que o Sarney botar 500 aqui dentro, vai ser assim. No dia da votação do mandato dele, também".

O senador Mário Covas também reconheceu a força de Sarney: "ele não mostrou nada, força nenhuma, no governo. Aqui dentro tem até de sobra". Já o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), ex-ministro da Justiça de Sarney, dizia a respeito do resultado das votações ontem: "Sarney é um fraco. Não tem respaldo popular. Monta-se sobre a fisiologia, sobre a corrupção. É o governo da falta de compostura, da falta de ética. É um governo que não tem envergadura". A respeito dos governadores, que ajudaram Sarney na vitória, disse Lyra: "Os governadores que lutaram por cinco anos são, também, comparsas da fisiologia e da corrupção".

Deputados e do Senado Federal, os líderes da maioria e minoria na Câmara e no Senado Federal, o ministro da Justiça, seis cidadãos brasileiros natos com mais de 35 anos, sendo dois nomeados pelo presidente, dois eleitos pelo Senado e dois eleitos pela Câmara, e o vice-presidente.

• O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do presidente para assuntos relacionados com a soberania nacional. Dele participam os presidentes da Câmara e do Senado, o ministro da Justiça, os ministros militares, o ministro das Relações Exteriores, o ministro do Planejamento, além do vice-presidente.

• Foram retirados dos capítulos já aprovados do projeto da Constituição, em consequência da fusão de emendas sobre o presidencialismo, a figura do primeiro-ministro e todos os dispositivos relacionados com o sistema parlamentarista.

• São de iniciativa privativa do presidente leis que disponham matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos territórios.

• O presidente poderá adotar "medidas provisórias" através de decreto-lei. Se no prazo de 30 dias o Congresso não transformar o decreto em lei, as "medidas provisórias" estarão revogadas.